



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**“URBANIZAÇÃO, UMA PRIORIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL”**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR OCASIÃO DA ABERTURA DO  
2º FÓRUM URBANO NACIONAL, CIDADE DE MAPUTO**

**CIDADE DE MAPUTO, 31 DE MARÇO DE 2022**

**Senhora Ministra da Administração Estatal e Função Pública;**

**Egrégio Provedor de Justiça;**

**Senhora Ministra das Infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação da República de Cabo Verde;**

**Senhores Ministros, Vice-Ministros e Secretários de Estado;**

**Senhor Secretário de Estado na Cidade de Maputo;**

**Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;**

**Senhora Sub-Secretária Geral e Directora Executiva do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN Habitat), que participa neste encontro de forma virtual;**

**Senhores Membros do Corpo Diplomático acreditado em Moçambique;**

**Senhores Governadores de Províncias;**

**Senhores Presidentes dos Conselhos Provinciais, Municipais e das Assembleias Municipais;**

**Senhores Administradores Distritais;**

**Senhores Representantes do Sector Privado e da Sociedade Civil;**

**Senhores Representantes dos Parceiros de Cooperação;**

**Senhores oradores e moderadores deste fórum;**

**Ilustres convidados;**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

Em primeiro lugar, gostaria de saudar todos os participantes neste 2º Fórum Urbano Nacional e, por vosso intermédio, todo povo moçambicano do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Índico e na Diáspora.

Permitam-me que saúde a participação neste Fórum, em representação do povo irmão da República de Cabo Verde, a Senhora Eunice Lopes, Ministra das Infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação de Cabo Verde.

A vossa presença é uma grande oportunidade para a troca de experiências e aprendizagem mútua sobre os processos de urbanização.

Aproveito igualmente a ocasião para saudar os nossos convidados, isto é, a Senhora Maimunah Sharif, Sub-Secretária Geral e Directora Executiva do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, que decidiu nos emprestar o seu valioso tempo para, de forma virtual, estar connosco neste importante evento, sobre os assentamentos humanos urbanos em Moçambique.

**Caros Presentes;**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

O contínuo crescimento das zonas urbanas representa desafios enormes para muitos países. As perspectivas apontam que, dos actuais 56% da população mundial que vive hoje nas cidades, até 2030, esta cifra passará para mais de 60%.

Em resposta, em 2016, as Nações Unidas adoptou a **Nova Agenda Urbana** na 3ª Conferência sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, a Habitat III, realizada na cidade de Quito, República do Equador. Esta conferência realizou-se apenas um ano depois da adopção, em 2015, pelas Nações Unidas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A Nova Agenda Urbana trouxe um roteiro apresentado em quatro domínios principais, a saber: (i) Sustentabilidade; (ii) planeamento urbano; (iii) coesão social; e (iv) desenvolvimento económico. Estes domínios contemplam duas áreas transversais, uma sobre a natureza de governação urbana e outra sobre a participação do cidadão. A Nova Agenda Urbana representa uma visão compartilhada pelas nações sobre um futuro melhor, inclusivo e mais sustentável para os espaços urbanos.

O crescimento acelerado da população urbana traz consigo desafios no planeamento e ordenamento urbano, administração do território, legislação e regulamentação, manutenção

da lei e ordem, economia e finanças urbanas, construção de infra-estruturas, problemas ambientais incluindo o saneamento, erosão e poluição, limitações nos serviços públicos como o transporte urbano, água, energia entre muitos outros aspectos.

As zonas urbanas representam oportunidades porque têm a capacidade para ser forças motrizes da economia que impulsionam o crescimento económico, criando mais empregos.

As cidades contribuem no aumento da renda das zonas rurais, por serem os centros de consumo ou de comercialização dos produtos dali provenientes.

Com o acelerado crescimento das áreas urbanas, fica mais claro que o nosso futuro será cada vez mais urbano e que temos de nos preparar para nos adaptarmos a esta realidade, pois queremos assegurar a sustentabilidade, equidade e partilha da prosperidade nestas áreas.

### **Caros Participantes!**

A Nova Agenda Urbana foi produzida de forma participativa e inclusiva, envolvendo todo o tipo de actores na arena urbana, desde representantes dos governos, sociedade civil, especialistas e académicos, parlamentares, comunidades locais, jovens e mulheres, representantes do sector privado, parceiros de desenvolvimento, incluindo agências das Nações Unidas, entre outros.

Os Fóruns Urbanos Nacionais fazem parte da arquitectura institucional da implementação da Nova Agenda Urbana e também adoptaram a mesma abordagem participativa e inclusiva para reflectir e operacionalizar a Agenda global.

Estes Fóruns são oportunidades ímpares para todos contribuírem de forma aberta na análise, revisão e formulação de políticas, estratégias e planos de acção para as zonas urbanas.

### **Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

No nosso primeiro ciclo de governação, concretamente em 2016, o país realizou o Primeiro Fórum Urbano Nacional, reunindo os Municípios, Ministérios e principais parceiros envolvidos no desenvolvimento do meio urbano.

No evento, entre outros temas, debruçou-se sobre como consolidar uma agenda urbana para o país, com base em dois pilares fundamentais, nomeadamente: o potencial do meio urbano como factor de promoção de desenvolvimento e a problemática da resiliência urbana.

Desde então, temos novas sensibilidades e, em conjunto, acumulámos novas experiências e conhecimentos sobre os variados aspectos relacionados com os espaços urbanos. Conhecemos aquilo que está a correr bem e aquilo que não está a correr bem.

Com a realização deste 2º Fórum Urbano Nacional pretendemos actualizar o que sabemos, visitar e actualizar os consensos em torno das questões de urbanização, aspectos cruciais para a elaboração da Política Urbana Nacional.

O nosso objectivo final deste e outros exercícios é ver o nosso país dotado de uma Política Urbana Nacional que englobe um conjunto de opções coerentes e exequíveis resultantes de um processo amplo de consulta e diálogo construtivo com os actores-chaves, com vista a orientar o desenvolvimento inclusivo, resiliente e sustentável dos espaços urbanos do nosso país.

A nossa perspectiva é de um desenvolvimento urbano transformador, ou seja, um desenvolvimento que vai para além da promoção da melhoria da vida e do bem-estar das populações urbanas, de modo a atingir uma governação mais próxima do cidadão, justa, transparente e eficaz nos seus actos e que inclui a promoção da cidadania responsável, em que o cidadão não apenas reconhece os seus direitos, como também cumpre as suas obrigações.

Por isso, a nossa presença neste fórum representa a renovação do nosso compromisso com esta temática de actualidade e de extrema importância para o país e o mundo em que vivemos.

**Ilustres Convidados;**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

Não somos peritos na área, mas uma coisa é certa: a definição do fenómeno urbano difere de local para local, de país a país, de instituição a instituição, de especialista a especialista e mais.

Há os que veem a cidade como um lugar compacto que apenas precisa de maximizar o uso dos espaços, serviços e infra-estruturas. Para nós, o conceito de cidade vai para além desta perspectiva. É uma visão que exige uma concepção mais dinâmica dos limites de uma cidade porque reconhece a tendência quase inevitável do crescimento dos espaços urbanos.

Importa aqui referir que os dados disponíveis indicam que, até 2050, as taxas de crescimento urbano em África serão as mais rápidas do mundo e as cidades africanas deverão abrigar cerca de 950 milhões de habitantes ou mais.

Este crescimento opera-se, em grande parte, nas pequenas e médias aglomerações. No entanto, um dos problemas que temos é a existência de várias definições sobre o que é uma cidade ou zona urbana.

A definição que adoptámos influencia o tipo de dados estatísticos sobre as zonas urbanas, como o número de cidades, os seus habitantes ou a densidade populacional.

A urbanização é um fenómeno global em curso ao longo dos séculos. É um processo controlado, imposto ou não que se distingue pelo crescimento das cidades e das suas periferias e muitas vezes em detrimento das zonas rurais.

A harmonização dos conceitos de cidade, de urbano e rural ajudar-nos-ia na definição das políticas, incluindo na definição de políticas de investimentos, melhor comparação e acompanhamento da evolução destas aglomerações populacionais. Espero que este encontro nos ajude a clarificar este ponto.

Em Moçambique, as informações recentes indicam que o país está a urbanizar-se muito rapidamente e que os assentamentos humanos estão aumentando. É só dar uma volta nas cidades de Maputo, Beira e Nampula e outras vilas e cidades do país para ver esta realidade. É um crescimento essencialmente espontâneo e fortemente influenciado por factores socio-económicos e, por vezes, por questões de segurança e mudanças climáticas.

A pergunta que devemos colocar é a seguinte: Que tipo de urbanização pretendemos para o futuro de Moçambique, sabendo que a urbanização acarreta, por um lado, muitos desafios e, por outro, é uma grande oportunidade.

Para responder a esta pergunta, precisamos de definir em conjunto uma visão clara e elaborar estratégias apropriadas que possam garantir um desenvolvimento urbano mais sustentável.

Este Fórum Urbano representa uma ocasião para nos debruçarmos sobre esta matéria.

Não devemos continuar a nos confrontar com efeitos negativos de uma urbanização espontânea e, maioritariamente, descontrolada, originada pela necessidade do momento em que a população procura melhores condições de vida, melhoria da renda familiar, preocupada com a segurança ou em busca de serviços básicos.

O país é nosso e cabe a nós elaborar políticas e outros instrumentos apropriados para futuramente colher os frutos de uma urbanização bem planificada e executada.

**Minhas Senhores e Meus Senhores;**

**Caros Participantes, Oradores e Facilitadores!**

Uma boa Política Urbana Nacional deve articular com outras políticas, estratégias e planos de desenvolvimento, incluindo o recentemente aprovado Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial.

Com efeito, os grandes investimentos, sejam eles sobre os pólos industriais, as grandes infra-estruturas como os eixos ou corredores de transporte, as zonas económicas especiais ou grandes actividades económicas como a mineração, também resultam em processos de urbanização.

Portanto, este tipo de investimentos deve inserir-se numa lógica de sistema de cidades ou rede de cidades ligada aos corredores de desenvolvimento ou zonas de investimento prioritário para permitir um processo harmonioso de urbanização.

Outrossim, é importante a nossa legislação evoluir para uma nova dinâmica que permita a elaboração e adopção de planos e regulamentos a nível inter-provincial, inter-distrital, ou inter-municipal que possam cobrir uma continuidade territorial.

Refiro-me concretamente aos fenómenos, cada vez mais frequentes, de crescimento urbano além dos limites administrativos das unidades territoriais locais, como por exemplo, a Área Metropolitana do Grande Maputo que inclui Matola, Marracuene, Boane e até ao Distrito de Moamba; o eixo Beira-Dondo; o binómio Nacala-Porto e Nacala-a-Velha; Nampula e os vários distritos à sua volta; Tete-Moatize, entre outros.

Precisamos de ferramentas legais flexíveis que permitam uma colaboração eficaz entre as unidades territoriais vizinhas e limítrofes que lidam com os mesmos sistemas urbanos e que facilitem também as relações territoriais campo-cidade.

Enquanto, por um lado, tem sido difícil para os municípios ter planos de ordenamento territorial de todos os níveis, considerando a falta de recursos humanos e financeiros e a rapidez com que as cidades crescem, por outro lado e, muitas das vezes, os planos produzidos nos gabinetes não são bem entendidos ou assimilados pelos diferentes intervenientes a nível local, pelo facto de estes últimos não serem suficientemente envolvidos no processo da sua elaboração.

O planeamento participativo é mais do que uma ou duas consultas públicas. Ele significa envolver de forma activa e efectiva a população local conhecedora do seu meio e com ela planificar de forma a que, quando o plano for aprovado, essa população possa, não apenas, se identificar com os seus propósitos, como também apoiar na sua divulgação e defendê-lo perante os críticos ou os desinformadores. Inclusão é isso, caros presentes. **Programar ‘com’ a população e não programar ‘para’ a população.**

Ainda, para os gestores, precisamos de estar atentos às dinâmicas e mudanças na sociedade para que as ferramentas de planeamento e ordenamento territorial sejam sempre actualizadas para torná-las mais próximas das realidades em permanente transformação sem abandonar a projecção a longo prazo.

Não sei até que ponto todas as posturas urbanas introduzidas em 1900 podem continuar válidas até aos dias de hoje!



Neste âmbito, é também imperioso dotar o nível local de capacidade técnica, para acompanhar a implementação dos instrumentos de ordenamento territorial, adaptando-os de acordo com as necessidades que vão aparecendo no terreno, de forma permanente e evitando assim situações de desenvolvimento urbano, que serão difíceis de se corrigir a posteriori.

Recebemos com agrado a informação de que o reforço da capacidade técnica a nível local faz parte da Estratégia de Intervenção nos Assentamentos Informais recentemente revista.

### **Caros Participantes!**

Actualmente, no mundo, a maioria dos municípios confronta-se com o desafio de aumentar as receitas para prestar serviços de qualidade porque, em parte, o bolo financeiro transferido dos governos centrais está a ficar cada vez mais pequeno.

Uma das áreas difíceis da gestão municipal é, sem dúvida, de encontrar o equilíbrio necessário entre o aumento de impostos, taxas e outras cobranças e a capacidade de pagamento do cidadão como também a aceitação pelo público das medidas.

Este tipo de situações, como dissemos anteriormente, podem ser evitadas em parte, com a adopção de uma cultura de gestão urbana de consulta e participação dos cidadãos na formulação das políticas e posturas que lhes afectam, combinada com a transparência na gestão das finanças municipais, incluindo a introdução de plataformas simplificadas de pagamento de serviços, taxas, impostos e multas.

Esta cultura de gestão, não apenas aumenta o dinamismo e a competitividade dos municípios, atraindo mais investimentos, como também aumenta a motivação dos beneficiários em pagar.

Abordando a questão da gestão da terra e da habitação, importa referir que as cidades no mundo, historicamente, também se financiam através da captação do valor acrescido da terra. Por exemplo, em Maputo, a Ponte Maputo-Katembe veio valorizar a terra do lado da Katembe.

A discussão sobre a elaboração da Política Urbana Nacional deve resultar na definição de princípios que possibilitem a disponibilização pública de informação sobre a terra e a propriedade para reduzir os actuais custos de investimentos, incluindo da habitação,

diminuindo a segurança de posse e desencorajando as famílias a investir no próprio talhão e na melhoria da própria moradia.

Esta situação leva a fenómenos de auto-urbanização que não são desejáveis, que fomentam processos desordenados de desenvolvimento urbano, o que não atrai investimentos sérios.

Neste aspecto, existem experiências inovadoras de gestão da terra, como é o caso do Balcão Único da Cidade de Kigali, no Ruanda, no qual nos podemos inspirar.

Estamos a falar da habitação porque a questão da habitação da população urbana está no centro do processo de urbanização sustentável e é uma das nossas prioridades da governação e ainda, o direito à habitação adequada é preconizado pela Constituição da República.

Neste âmbito, precisamos de ver uma abordagem séria que foca na habitação incremental e na auto-construção, na habitação alugada, bem como em mecanismos de micro financiamento.

Uma urbanização mais compacta, com talhões de tamanho mais modesto nas zonas urbanizadas, permitiria também reduzir o custo das infra-estruturas e do fornecimento de serviços básicos, diminuindo desta forma o custo da habitação.

O nosso objectivo primário é de promover habitação condigna e economicamente acessível para todos.

Sem criatividade, vontade ou capacidade de querer acelerar a mudança das coisas para uma situação melhor, estaríamos a privilegiar o *Status Quo*, o que apenas adia a data de resolução dos problemas que afectam os moçambicanos.

Neste âmbito de mudança de mentalidade, precisamos de adoptar estratégias mais proactivas e não reactivas.

**Minhas Senhoras e Meus Senhores;**

**Estimados Gestores dos territórios!**

Estamos esperançados de que este Fórum seja rico em debates e em trocas de experiências.

Este evento deve constituir uma paragem de reflexão para a elaboração da Política Urbana Nacional, a qual representa um marco essencial para que a urbanização jogue um papel-chave no processo de desenvolvimento sustentável do País.

É neste tempo que temos de atacar tudo não realizado para que não fique tarde.

Muitos temas serão abordados, como a questão delicada do transporte e da mobilidade urbana, a protecção dos espaços públicos, a gestão do lixo e as questões ambientais, incluindo a erosão, o fornecimento de serviços básicos, a necessidade de se integrar sistematicamente a componente de redução do risco de desastres e resiliência no planeamento e gestão urbana, entre outros.

Nós queremos que os centros urbanos sejam centros da nossa prosperidade, inclusão e exemplos da nossa adaptação ambiental. Nós queremos cidades amigas do ambiente.

A Política Urbana Nacional, que é um dos resultados deste evento, terá implicações legais, institucionais, espaciais e socio-económicas e tenha o potencial de influenciar as próximas gerações de Programas Quinquenais do Governo. É o nosso desejo que depois de formulada, a Política Urbana Nacional resulte numa melhor gestão urbana.

Para terminar, gostaria de agradecer a presença de todos, incluindo daqueles que estão a participar deste evento virtualmente.

Um agradecimento especial dirijo à Senhora Sub-Secretária Geral e Directora Executiva do UN Habitat, pelo seu empenho pessoal e apoio, através de sua equipa regional baseada em Nairobi, Quénia e em Moçambique para efectivação deste evento.

Gostaria, também, em nome do povo Moçambicano, de agradecer os países amigos e parceiros de cooperação por aceitarem partilhar suas experiências, através da sua participação neste programa.

Ao Ministério da Administração Estatal e Função Pública, líder deste evento e ao Conselho Directivo do Fórum Urbano Nacional 2022, composto pelo: Ministério da Administração Estatal e Função Pública; Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos; Ministério de Economia e Finanças; Ministério da Terra e Ambiente; Ministério dos Transportes e Comunicação; Associação Nacional dos Municípios de Moçambique e a

Universidade Eduardo Mondlane, vão as nossas felicitações pela boa preparação, advocacia e mobilização para que este evento hoje seja uma realidade.

A todos aqueles que aceitaram vir compartilhar connosco os seus conhecimentos e experiência e aqueles que irão facilitar os debates, endereçamos os votos de um bom trabalho.

Com estas palavras, **declaro aberto o II Fórum Urbano Nacional de Moçambique a decorrer sob o lema: “Urbanização, uma prioridade para o desenvolvimento sustentável”.**

**Muito obrigado pela atenção!**